

Iniciação ao Cooperativismo



Conteúdo Programático:

01. Introdução
2. As sociedades cooperativas
3. As Cooperativas
4. Competividade
5. Valores cooperativos
6. Histórias dos cooperativos
7. Sociedade dos Probos de Rochdale
8. Cooperativas
9. Economia social
10. Princípios cooperativas
11. Participação econômica dos membros
12. Reestruturação econômica e cooperativismo de trabalho de produção
13. Cooperativas defensivas
14. Cooperativas alternativas
15. Cooperativas pragmáticas
16. Economia solidária
17. Perspectivas
18. Cooperativas verdadeiras e falsas
19. O nascimento do cooperativismo
20. Autogestão é responsabilidade

01. INTRODUÇÃO

O Cooperativismo é um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riquezas, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno seu desenvolvimento econômico e social. É a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, visando alcançar os objetivos propostos na sua constituição estatutária.

02. AS SOCIEDADES COOPERATIVAS

No Brasil o artigo 3º. da Lei 5.764/71 traz claramente o objetivo essencial da criação de uma Cooperativa, Por este instrumento “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetividade de lucro.” Isto significa que uma pessoa, para associar-se racionalmente a uma Cooperativa, deve partir da expectativa de que possa alcançar de forma associativa a realização de seus objetivos em nível, no mínimo, igual ao que conseguiria individualmente. As Cooperativas são sociedades de pessoas que não visam à obtenção de resultados para seus associados, no entanto a avaliação da eficiência das mesmas não pode levar em conta apenas a obtenção de sobras para seus participantes visto que além de donos eles são também clientes desta empresa cooperativa, permitindo que os resultados auferidos possam ser econômicos, sociais, educacionais, agregadores de qualidade de vida, de renda, ou outros conforme os objetivos da mesma. Acima de tudo, as Cooperativas são associações ao serviço de seus membros.

03. AS COOPERATIVAS

Em situações normais as Cooperativas deveriam apresentar sobras zeradas, pois sua existência decorre das operações com os associados. Este raciocínio

decorre do fato das Cooperativas serem empresas sem fins lucrativos, e as sobras positivas decorrem da realização de negócios com os associados com custos acima dos necessários para a sobrevivência da empresa. Este ideal, no entanto, afronta a necessidade de perpetuação da Cooperativa que, competindo em um mercado dinâmico e em crescimento contínuo, exige uma margem de rentabilidade que possa manter sua capacidade de obtenção de tecnologia e ganhos de escala. Esta necessidade de crescimento faz com que a empresa Cooperativa tenha de ter um alto nível de administração e gerenciamento, dignos de grandes empresas capitalistas, inibindo com isto que ela assuma um caráter meramente assistencialista ou paternalista. A participação dos associados é o principal fator de eficiência empresarial nas Cooperativas. É em função dos associados que a Cooperativa existe, caso ela deixe de cumprir seu papel de representante de seus associados ela perde a razão de existir.

04. COMPETIVIDADE

Acima de tudo, as sociedades cooperativas devem ser competitivas e atraentes para seus associados. A garantia de que a competitividade seja atingida pressupõe que algumas dificuldades sejam conhecidas e deixadas para trás, sejam elas, a baixa acumulação de capital, o investimento em tecnologia e a competitividade de seus produtos através de ganhos de escala e qualidade. Desses fatores merece atenção a questão do capital social visto ser este o "sangue" que corre nas veias da cooperativa. A formação e acumulação de capital é a chave para a absorção e desenvolvimento de tecnologias e para o desenvolvimento e conquista do mercado. Melhores serviços ou preços aos associados, durante o exercício, representam antecipações de benefícios que ocorreriam ao final, se a estratégia administrativa se orientasse para elevados excedentes a serem distribuídos.

05. VALORES COOPERATIVOS

- Ajuda mútua: é o acionar de um grupo para a solução de problemas comuns.
- Esforço próprio: é a motivação, a força de vontade dos membros com o fim de alcançar as metas previstas.
- Responsabilidade: Nível de desempenho no cumprimento das atividades para alcançar as metas, com um compromisso moral com os associados.
- Democracia: Tomada de decisões coletivas pelos associados no que se refere à gestão da cooperativa.
- Igualdade: Todos os associados têm iguais direitos e deveres.
- Equidade: Distribuição justa dos excedentes produzidos entre os membros da cooperativa. Isto quer dizer que as sobras são distribuídas de acordo com as operações de cada um.
- Solidariedade: Apoiar, cooperar na solução de problemas dos associados, da família e da comunidade. Também promove os valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e compromisso com os demais associados.

06. HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo representa a união entre pessoas voltadas para um mesmo objetivo. Através da cooperação, busca-se satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns. O fim maior é o homem, não o lucro. Uma organização dessa natureza caracteriza-se por ser gerida de forma democrática e participativa, de acordo com aquilo que pretendem seus associados. O contexto de surgimento desse sistema encontra-se na Revolução Industrial. Atraídos pelas novas fábricas, os trabalhadores do campo migraram para a cidade. O excesso de mão-de-obra daí resultante fez com que as pessoas tivessem que se submeter a ocupações sem as menores condições: jornadas de trabalho de até 16 horas e salários miseráveis. Mulheres e crianças também passaram a ingressar no mercado de trabalho em condições ainda piores. Era

necessária uma forma de resistência à exploração da classe trabalhadora. Assim o cooperativismo surge na Inglaterra. A data oficial é 21 de Dezembro de 1844. Foi o dia em que foi fundada a primeira organização desse tipo. Nos arredores da cidade de Manchester, em Rochdale, um grupo de 28 tecelões, um deles mulher, se uniu para comprar em conjunto, itens de primeira necessidade, como alimentos, por exemplo. Chamava-se “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”.

07. SOCIEDADE DOS PROBOS DE ROCHDALE

Trata-se da primeira cooperativa da história e estava baseada sobre os seguintes princípios:

- Formação de um capital social para emancipação dos trabalhadores, viabilizado pela poupança resultante da compra comum de alimentos;
- Construção ou aquisição de casas para os cooperados;
- Criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados à produção de bens indispensáveis à classe trabalhadora, de modo direto e a preços módicos, assegurando, concomitantemente, trabalho aos desempregados ou mal-remunerados;
- Educação e campanha contra o alcoolismo;
- Cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidades piloto de produção e distribuição, que seriam multiplicados através da propaganda e do exemplo, visando à fundação de novas cooperativas. O movimento aparece como uma alternativa à exploração da classe trabalhadora. Enquanto a lógica do capitalismo institui a competição, esse sistema estimula a cooperação. Cada um dos 28 tecelões entrou no negócio com 1 Libra. Em um ano o capital da organização chegou a 180 Libras. Em uma década, a organização já contava com 1400 associados.

08. COOPERATIVISTAS

Somente neste segmento, existem hoje 2300 organizações que geram cerca de 115 mil empregos e possuem cerca de 2 milhões de associados. E, em 1995 após o Governo Brasileiro autorizar a criação de Bancos cooperativos, foram criados 02 bancos cooperativos no Brasil. O modelo de organização cooperativa chama a atenção para o fato de poder ser aplicável a qualquer área. É possível dizer que onde houver um problema econômico e social a cooperação pode ser uma solução. É comum que empresas em processo de falência tenham seu controle passado para os trabalhadores, numa cooperativa de produção industrial. No setor de trabalho, reúnem-se pessoas para prestar serviços de forma terceirizada. Vários são os valores que norteiam o movimento. Um deles é o processo democrático, seja para a tomada de decisões, seja na participação econômica dos membros. Outro é o dever de proporcionar educação, treinamento e informação para os associados. Uma organização deve cooperar com a outra e fortalecer o movimento, além de trabalhar pelo desenvolvimento sustentável da comunidade.

09. ECONOMIA SOCIAL

A economia social constitui a esfera do chamado terceiro setor, sendo o primeiro setor, o privado capitalista com fins lucrativos; o segundo, o setor público, que visa satisfazer o interesse geral. Frequentemente, a economia social está ligada à economia solidária. Na esfera da economia social, estão o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo, como formas de organização da atividade produtiva. Ao longo dos últimos 150 anos, a economia social vem ganhando expressão e seus objetivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do homem. Nesta sequência de ideias, a economia social ou terceiro setor pode eventualmente substituir a ação do Estado ou ser um prolongamento deste na implementação de suas políticas sociais. Basicamente inclui dois tipos de

organizações: aquelas que funcionam como empresas, embora não visem o lucro, e as organizações privadas mantidas por donativos, quotizações, trabalho voluntário e recursos públicos.

10. PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Os Princípios Cooperativistas são mutáveis, foram concebidos para se tornarem “clausulas pétreas”. Sua finalidade é apenas orientar, ou seja, direciona os que querem construir um cooperativismo legítimo e autêntico. O cooperativismo foi idealizado como instrumento de desenvolvimento das pessoas que usufruem de seus serviços. Os princípios cooperativistas, originários da primeira cooperativa, Sociedade dos Probos de Rochdale, ao longo dos anos passa por processo de adaptação, adequando-se às novas formas de organização da sociedade. Isso só foi possível graças à organização do sistema cooperativista, que através da Aliança Cooperativista Internacional, que desde o século passado, vêm promovendo inúmeros congressos com o objetivo de discutir as questões de interesse do cooperativismo. A ideia foi apenas de aperfeiçoamento e adequação à nova realidade mundial.

11. PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS

Cada sócio, de forma equitativa, deve contribuir para a formação do capital social da cooperativa, controlando-o de forma democrática e responsável. Em caso de excedente, os recursos poderão ser utilizados da seguinte forma:

- Desenvolvimento da cooperativa;
- Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
- Apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados;
- Autonomia e independência;
- Educação, formação e informação.

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus sócios. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo

instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa. É objetivo permanente de a cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino do cooperativismo em todos os setores da sociedade.

12. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E COOPERATIVISMO DE TRABALHO E PRODUÇÃO

A nova onda de empreendimentos cooperativos é percebida como resultante de duas situações convergentes. A primeira delas refere-se à reestruturação econômica, à crise do fordismo e o surgimento do que os economistas da escola regular chamam de acumulação flexível. Esta implicou na reestruturação organizacional das empresas, ao lado de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada revolução informacional que resultou na eliminação de barreiras geográficas à produção, na formação de empresas em rede, na terceirização de atividades, na desregulamentação dos mercados, na flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores a partir da segunda metade do século XX.

13. COOPERATIVAS DEFENSIVAS

As cooperativas “defensivas” ou cooperativas “fênix”, são formadas pelos operários como forma de manter os empregos com o fechamento ou falência de fábricas e empresas. Geralmente a formação da cooperativa é o último recurso, quando outras ações de recuperação falharam. Como resultado, essas cooperativas surgem com numerosos problemas, além de situação comercial difícil. As fábricas estão tecnologicamente defasadas, perdendo mercados, com

baixa produtividade, e a nova estrutura depende do investimento de trabalho dos operários, boa vontade de clientes e fornecedores, além da ajuda efetiva de sindicatos e órgãos governamentais. Grande parte dos operários e staff administrativo abandona a cooperativa e a formação de uma cultura autogestionária é um processo lento e complexo.

14. COOPERATIVAS ALTERNATIVAS

As cooperativas “alternativas” resultam de movimentos contra culturais dos anos 1960 e 1970 e seus membros são oriundos de classe média, bem-educada, com ideais democráticos, voltados mais a necessidades sociais do que a lucros. São mais comuns nos países capitalistas avançados e são, na maioria das vezes, editoras, livrarias, lojas de comida e/ou produtos naturais, de informática, escolas de línguas e similares. Geralmente são pequenos negócios com as dificuldades de sobrevivência inerentes a esses empreendimentos. As cooperativas de “geração de renda” surgem com o crescimento do desemprego e visam criar empregos. Em tempos anteriores, constituíam-se em programas governamentais de obras emergenciais em períodos de recessão econômica, na Europa principalmente. Em países em desenvolvimento, incluem programas de agências de desenvolvimento visando à organização de cooperativas em comunidades carentes. Essas cooperativas geralmente têm problemas de comercialização de seus produtos. Uma variação desse esquema são cooperativas voltadas à terceirização industrial e criadas através de políticas públicas de governos estaduais ou municipais, sindicatos e outras instituições. São chamadas, também, de cooperativas “populares”, e estão voltadas a desempregados e população de baixa renda.

15. COOPERATIVAS PRAGMÁTICAS

As cooperativas “pragmáticas” são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirização de atividades de empresas e redução de custos. Nestas, não existe

a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador. O objetivo é o trabalhador se organizar autonomamente e se responsabilizar pelo empreendimento, livrando a empresa das obrigações sociais. No geral, as empresas garantem, por um tempo, contratos de compra de produtos ou serviços. São chamadas também de falsas ou pseudocooperativas por sua desvinculação absoluta aos princípios cooperativistas. Entretanto, funciona também como mantenedora de empregos ou geração de renda em situações de privatizações, terceirização e mesmo políticas públicas de apoio a investimentos industriais.

16. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros. Nos primórdios do capitalismo, o modelo apresentado mostrava que o empregado era tido unicamente como propriedade do empregador, separado das forças produtivas que detinha ou utilizava.

17. PERSPECTIVAS

Embora a cooperativa apareça historicamente no movimento operário como possibilidade autogestionária e de democracia no trabalho, sua implementação efetiva sempre foi problemática e dependente de injunções políticas e

econômicas: surgem sempre em momento de crise econômica e visam atenuar situações de desemprego. Dois elementos presentes na organização das cooperativas se destacam no debate a externalidade de seus organizadores, ou seja, a presença do Estado, sindicatos, ONGs e mesmo empresas. E sua heterogeneidade no espectro ideológico que vai de grupos empresariais a movimentos socialistas. Todos com a perspectiva, de certa forma contraditória, de inserção no mercado. As cooperativas atenderiam, dependendo de quem as organiza, desde rebaixamento de custos para empresas, passando pela formação de novos empreendedores capitalistas, até a uma complexa democracia no trabalho.

18. COOPERATIVAS VERDADEIRAS E FALSAS

A separação entre cooperativas verdadeiras e falsas reproduz como afirmado no início, debate secular, assim como de sua utilização pelo capital e sua possível degenerescência. As transformações do capitalismo não alteraram seus fundamentos, mas as perspectivas da luta dos trabalhadores pelo socialismo ou formas mais igualitárias de organização social. Retomar a discussão sobre mudanças na direção de uma sociedade solidária dentro dos marcos da sociedade capitalista pressupõe pensar um processo de mudança cultural em médio prazo. Nesse ínterim, a criação de uma cultura associativa é um processo lento – o que indica que as cooperativas, por um bom tempo, refletirão ainda mais a falta de alternativa dos trabalhadores do que efetivamente uma opção pela autonomia e solidariedade. Ainda mais considerando a funcionalidade que a organização de cooperativas, numa conjuntura de flexibilidade e fragilização dos direitos sociais proporciona.

19. O NASCIMENTO DO COOPERATIVISMO

Em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos

Pioneiros de Rochdale" com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade - e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetia a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. Naquele momento, a constituição de uma pequena cooperativa de consumo, no então chamado "Beco do Sapo", estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

20. AUTOGESTÃO É RESPONSABILIDADE

Nas organizações cooperativas, quaisquer que sejam seus segmentos e objetivos sociais, elas existem em função das pessoas. Toda e qualquer cooperativa é uma organização com fins sociais e econômicos. Através de uma cooperativa são implementados, de forma coletiva, produtos e serviços para satisfazer determinadas necessidades de seu quadro social (cooperantes), com o objetivo de viabilizar a sua atividade. É a partir das necessidades conhecidas que a cooperativa desenvolve sua ação mercadológica buscando, em seus mercados, os resultados que constituirão, ou sustentarão as atividades da cooperativa. O empreendimento cooperativo tem uma característica importante que a diferencia das empresas mercantis: a autogestão.

